MUDANÇAS RECENTES NA RELAÇÃO FAMÍLIA-TRABALHO

CADERNO DE PESQUISA
Nº 49

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP

2000

LILIA MONTALI

UNICAMP

Os cadernos de Pesquisa do NEPP, escritos pelos professores, estudantes de pós-graduação e outros membros associados, aparecerão intermitentemente. Alguns serão comunicações de pesquisa preliminarmente em andamento, ou exploração de idéias teóricas, e a sua publicação visa a estimular discussão e gerar críticas úteis. Como resultados de tais discussões e críticas, é provável que apareçam publicações de versões mais elaboradas em outra parte

INTRODUÇÃO[1]

Neste estudo das mudanças na relação família-trabalho são tratadas conjuntamente as influências recíprocas da estruturação das atividades produtivas e da estruturação das famílias. Tomando por referência a articulação entre produção e reprodução, através da divisão sexual do trabalho, e a mútua influência entre essas duas esferas, este estudo busca conhecer de que maneiras as transformações nas formas de produção e gestão, que afetam as oportunidades diferenciadas de emprego de homens e de mulheres no mercado de trabalho, nos anos 90, manifestam-se na unidade familiar.

Uma das questões importantes para esta pesquisa são as alterações da relação família-trabalho relacionadas às atuais transformações das atividades econômicas e as possíveis conseqüências destas na mudança das relações hierárquicas na família.

Os resultados desta pesquisa vêm mostrando que ocorrem, na década de 90, mudanças no padrão de incorporação pelo mercado de trabalho e aumento do desemprego, que afetam diferentemente os componentes das famílias, identificados por sua posição no interior destas bem como por gênero e idade. Essas mudanças expressam-se em alterações nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho, com especificidades observadas nos diferentes momentos do ciclo de vida da família. Os rearranjos de inserção refletem-se, como se verá, inclusive na modificação do peso da contribuição de cada membro do grupo doméstico na composição da renda familiar.

Ainda que este trabalho detenha-se mais especificamente sobre as novas tendências encontradas na relação família-trabalho nos anos 90, os resultados e reflexões aqui apresentados incorporam conhecimento acumulado de três estudos de caso para períodos específicos: -1981-1983, crise econômica do início dos anos 80; -1990-1994, intensificação da reestruturação produtiva na Região Metropolitana de São Paulo, sendo um período em que os dois primeiros anos foram de crise econômica e os últimos de início da recuperação sem recuperação do emprego; -1997-1999, momento em que sob a reestruturação produtiva ocorre nova crise econômica, resultando no recrudescimento do desemprego.

1 O presente artigo baseia-se no trabalho apresentado apresentado no 3º Congresso Lationamericano de Sociologia do Trabalho-ALAST (Montali,2000c), incorporando novas reflexões e os dados referentes a 1999.

A primeira pesquisa sobre o início dos anos 80 - que resultou na tese de doutoramento[2] (Montali, 1995) -, detectou processos e suscitou indagações, dando origem aos estudos subsequentes sobre os anos 90.

O primeiro período no qual se analisou a relação família-trabalho e sua transformação (1981-1983), tem como marcas a crise econômica e o momento de acentuação da entrada da mulher no mercado de trabalho iniciada na metade da década anterior. Foi analisada a inserção diferenciada dos componentes das famílias no mercado de trabalho e sua mobilização no momento da crise econômica. Procurou-se, através da inserção e da mobilização destes, identificar rearranjos inovadores na relação família-trabalho dominante, indicativos de mudanças na divisão sexual do trabalho na família. Nessa mesma pesquisa analisou-se outra conjuntura recessiva mais recente, 1990-1991, com base nos dados publicados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego/SEADE), encontrando-se semelhanças na mobilização dos componentes da família na crise. Destaca-se entre as semelhanças de mobilização familiar encontradas na comparação entre a crise do início dos anos 80 com a crise dos início dos anos 90, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho - tanto cônjuges como filhas - que ocorre no mesmo momento em que, sob as restrições colocadas por este, cresce o desemprego masculino. Esta e outras tendências que se acentuam no período, são interpretadas como indicativas de rupturas na possibilidade concreta de realização do padrão de família mantido pelo chefe provedor, especialmente nas conjunturas recessivas. Os achados de pesquisa oferecem, assim, sustentação para indicar que o processo de mudança na relação família-trabalho põe em questão a figura do provedor, culturalmente atribuída ao chefe da família, expressando possíveis transformações nas relações internas de hierarquia e poder.

Retomando estas interrogações, a segunda pesquisa (Montali, 1998a) - realizada com apoio do CNPq [3]-tratou das mudanças na relação família-trabalho sob a reestruturação produtiva e analisa os anos de 1990 e 1994. São analisados dados relativos ao ano 1990, momento em que se intensifica o processo de inovações produtivas e organizacionais na Região Metropolitana de São Paulo, pioneira nesse processo considerando-se o país; e ao ano de 1994, momento em que a reestruturação continua operando e quando já se

2 Montali, L (1995). Base de dados utilizada: DIEESE. Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego. Anos 1981 e 1983.

3 Montali, L (1998a). Base de dados utilizada, comparável à anterior: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo. Bases dos anos 1990 e 1994.

tornam evidentes seus efeitos na deterioração das relações de trabalho e no desemprego. Esse período estudado é relevante por possibilitar apreender aspectos das estratégias de vinculação das famílias ao mercado de trabalho sob o impacto do início da intensificação da reestruturação produtiva.

Este estudo buscava identificar quanto das indicações de mudança percebidas no estudo dos anos 80 são temporárias e quanto são mais duradouras além dos momentos de conjuntura de crise. Tínhamos por hipótese que, por terem sido os anos 80 e o início dos 90 marcados primordialmente pela conjuntura recessiva (embora alguns momentos de expansão), mudanças na relação família e trabalho anteriormente identificadas seriam aceleradas e consolidadas, favorecendo as transformações nas relações internas das famílias.

Verificou-se que os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho são semelhantes quando comparados os encontrados nos anos de 1981 e 1990. No entanto, a comparação entre 1990 e 1994 evidencia, neste último ano, rearranjos de inserção com especificidades nos diferentes tipos de família[4]. Estes rearranjos certamente já expressam os efeitos da reestruturação produtiva e dos novos padrões de absorção da força de trabalho sobre a família e sobre a relação família-trabalho.

A ultima pesquisa, também apoiada pelo CNPq [5] (Montali, 2000b), trata do mesmo tema de pesquisa analisando tais processos nos anos do final da década, 1997, 1998 e 1999, quando agudiza-se o desemprego, acrescentando-se a este, a partir de 1998, a queda da renda dos ocupados e da renda familiar per capita. Os arranjos de inserção no mercado nos anos em que já se faziam sentir de maneira inequívoca os efeitos da reestruturação organizacional e produtiva, - ou seja, no caso desta pesquisa os anos analisados: 1994, 1997, 1998 e 1999 - evidenciam mudanças que configuram rearranjos.

Assim, nestes anos a partir de 1994, diferenciando-se dos arranjos anteriormente encontrados (1981 e 1990), os rearranjos refletem o deslocamento da responsabilidade da manutenção da família dos principais mantenedores identificados para cada tipo de família na pesquisa anterior (Montali, 1995) para outros componentes da família, bem como maior partilhamento dessa responsabilidade com outros componentes.

4 Tipologia de família construída com base na estruturação da família em torno de casal ou chefe sem cônjuge e momento do ciclo vital da família, definida nos estudos citados.

5 Montali, L (2000b). Base de dados utilizada, comparável à anterior: Fundação SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego-Região Metropolitana de São Paulo. Bases dos anos 1997, 1998 e 1999.

Assim, essa nova tendência delineia-se face à redução dos postos de trabalho, principalmente para ocupações predominantemente masculinas, resultando em crescente desemprego dos até então principais mantenedores das famílias (chefes e filhos masculinos, bem como filhas maiores que 18 anos) e frente às maiores dificuldades de absorção encontradas pelos jovens a partir de 1992. Embora com especificidades nos diversos tipos de família, foi possível identificar duas tendências gerais. A primeira, no caso de famílias estruturadas em torno do casal, é de o crescimento da participação da mulher-cônjuge entre os ocupados da família, de redução da participação dos filhos e de redução do peso do chefe masculino. Uma exceção dentre as famílias conjugais é encontrada no caso das famílias na etapa da "velhice" considerando-se o ciclo de vida familiar - ou, seja, de casais de mais de 50 anos - com a presença de filhos residentes, onde cresce, comparativamente ao encontrado nos anos 1981-1983 e em 1990. Como resultado dessas alterações no padrão de ocupação dos membros da família, o casal passa progressivamente a ter maior importância entre os ocupados da família (Montali 2000a). A segunda tendência observada refere-se às famílias da chefe feminina sem cônjuge, nestas, por sua vez, o peso da chefe entre os ocupados da família aumenta em decorrência da menor absorção dos filhos e parentes jovens pelo mercado de trabalho.

A análise evidencia a continuidade do padrão de rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e de mudanças na relação família-trabalho até o final da década de 90. Nos três anos mais ao final da década eleva-se o desemprego (1997, 1998 e 1999) e o agravante nos dois últimos anos, é que, pela primeira vez após o plano de estabilização iniciado em 1994, a deterioração na renda real familiar veio somar-se à deterioração do mercado de trabalho. A redução do rendimento dos ocupados afetou inclusive as cônjuges, os únicos componentes das famílias que vinham apresentando crescimento no rendimento real até 1997.

Sintetizando as observações anteriores, pode-se afirmar que através da comparação das situações encontradas no início da década de 90 com aquelas dos anos finais da década foi possível verificar a manutenção de algumas tendências que se supunha associadas ao início do processo de reestruturação produtiva. Um dos achados mais relevantes para o estudo da relação família-trabalho é o conhecimento produzido - a partir destes dois relatórios - sobre os efeitos dos novos padrões de incorporação da força de trabalho pelo mercado sob a reestruturação produtiva, que modificam as possibilidades de emprego de

determinados componentes das famílias; e, também, sobre os arranjos de inserção familiar decorrentes dessas restrições e oportunidades, que passam a ser articulados nos diferentes tipos de família.

Por outro lado, estas análises que trazem conhecimento novo sobre a sociedade brasileira atual e identificam as tendências da década de 90 para a Região Metropolitana de São Paulo são, muito possivelmente, aplicáveis também a algumas outras metrópoles brasileiras, desde que adequadamente contextualizadas.

1. TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90 E REFLEXOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA E O EMPREGO POR GÊNERO

As duas últimas décadas têm sido de profundas transformações nas atividades econômicas da Região Metropolitana de São Paulo como resultado de processos relacionados entre si, tais como mudanças na alocação industrial, o desenvolvimento do terciário e a reestruturação produtiva[6].

No contexto desses processos a Região Metropolitana de São Paulo permanece nos anos 90 como o principal centro industrial do país, apesar do processo de desconcentração industrial em curso. Por outro lado, as atividades do terciário diversificam-se e este consolida-se sediando atividades altamente sofisticadas. Desde os anos 80 esta região metropolitana investe-se de uma nova centralidade, ao concentrar atividades do terciário superior e, dentre estas as atividades de gestão, ou seja, passam a se concentrar na Grande São Paulo as sedes das principais empresas industriais e financeiras sediadas no Brasil[7]. Nos anos 90 assume papeis de 'cidade mundial'. A reestruturação produtiva também contribui para a diversificação dos serviços ao terceirizar e subcontratar atividades desenvolvidas em áreas de apoio e em áreas produtivas. Resultam desse processo o crescimento dos empregos no terciário e reduzem-se os empregos industriais.

6 Maior detalhamento sobre as mudanças nas atividades econômicas na RMSP pode ser encontrado em Montali, 1998b, ver também Montali 2000c.

7 Dentre os estudos que apontam estes processos podem ser mencionados Araujo, 1992; Cordeiro, 1993; Pacheco, 1993; Bogus e Montali, 1994; Cano e Semeguini, 1991; EMPLASA,1994.

A partir de 1989, momento tomado como referência para a análise dos efeitos da intensificação da reestruturação da produção e das formas de gestão do trabalho nesta Região tanto na indústria como nos serviços, registra-se a queda progressiva da participação da indústria na composição do nível de emprego regional e o aumento da participação do emprego nos serviços. O conjunto dos empregos do setor serviços, incluindo-se nestes tanto os empregos do comércio, como dos serviços, representam 56% dos postos de trabalho em 1989, 67,4% em 1997 e 68,8% em 1999 (SEADE, 2000. Home Page). Ao mesmo tempo, o emprego industrial passa de 33% da força de trabalho ocupada em 1989, para 21% em 1997 e 19,6% em 1999 (Idem).

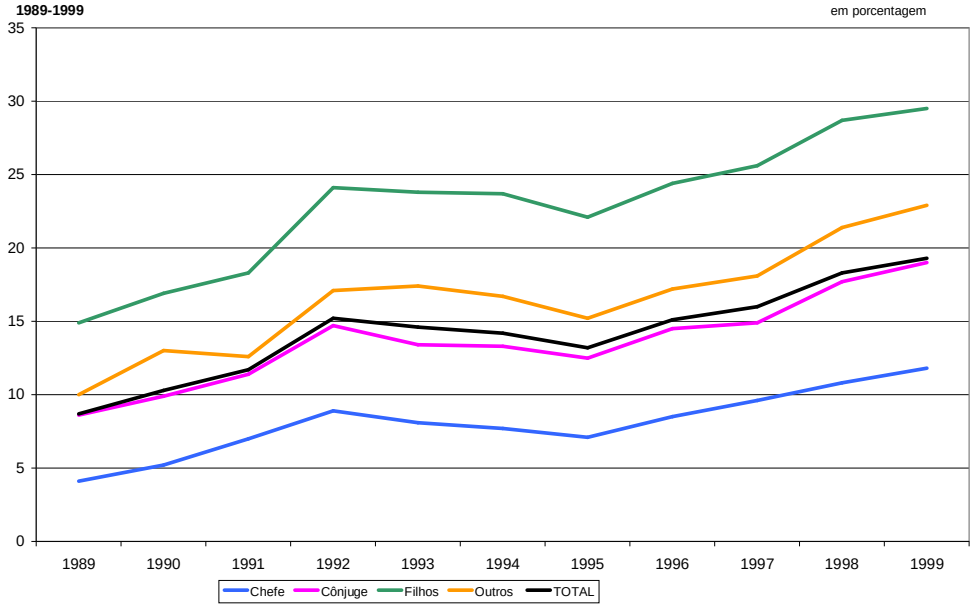
Nesse contexto da alteração do perfil do emprego e das transformações das atividades econômicas na Região Metropolitana de São Paulo nos interessa resgatar que o referido movimento de redução do emprego industrial e de aumento do emprego em serviços não representa entretanto apenas uma "migração" entre os setores, implica em uma alteração na qualidade do emprego. O emprego com registro em carteira de trabalho que predomina na indústria, vai sendo substituído por ocupações autônomas ou temporárias caracterizadas por maior instabilidade, resultando em impactos na maioria das vezes negativos sobre as condições de sobrevivência das famílias.

A reestruturação produtiva implicou, assim, em alterações no patamar de desemprego na região e crescente precarização das relações de trabalho. A flexibilização da produção que vem sendo acompanhada por terceirização e subcontratação da produção e de serviços tem resultado na criação concomitante de setores informais modernos. A informalização passa a crescer rapidamente e, através do crescimento dos pequenos negócios se estabelece uma rede de produtores e de prestadores de serviços organizada sob relações de trabalho fortemente precárias (Dedecca e Baltar, 1997).

Dessa maneira, com os novos processos em curso nos anos 90, acentuam-se algumas tendências do mercado de trabalho que já se faziam presentes na década de 80, como é o caso da redução da inserção regulamentada e do emprego industrial.

O desemprego, por sua vez, assume características específicas nos anos 90, atingindo mais pesadamente as atividades industriais, os ramos metal-mecânico, têxtil e vestuário, os postos de chefias intermediárias, os empregos assalariados regulamentados e os trabalhadores menos qualificados.

Gráfico 1
Taxa de desemprego total, segundo posição na família
Região Metropolitana de São Paulo
1989-1999



Fonte: SEADE- Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP, 2000

Os níveis de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, a região mais industrializada do país, tornam-se mais elevados do que os observados na segunda metade dos anos 80. Entre 1992 e até o ano de 1997, as taxas de desemprego total registradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE, oscilam ao redor de 16% da população economicamente ativa [8] e, com a exceção do ano de 1995, são bastante próximas daquelas verificadas no período recessivo de 1981 (16,0%) e 1983 (16,5%)[9], evidenciando a intensidade do crescimento do desemprego na região.

No entanto, o desemprego novamente recrudesce na região metropolitana a partir de maio de 1997. A partir daí define-se outro patamar mais elevado de desemprego e, em 1998, a média anual chegou a 18,2% (Gráfico 1). No ano de 1999 a média anual foi de 19,3% "superando mais uma vez todos os patamares anuais registrados na PED" (SEADE, 2000).

8 As taxas de desemprego entre 1992 e 1997 são: 1992: 15,2%; 1993: 16,1%; 1994: 15,3%; 1995: 13,5%; 1996: 15,9%; 1997: 15,9%.Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - SEADE/DIEESE, referentes ao trimestre fevereiro, março, abril, utilizados para permitir a comparação com os dados de pesquisa de 1981 e 1983 (DIEESE, PPVE). SEADE. Boletim PED 122. 1996 e SEADE. Home Page.

9 Dados DIEESE. PPVE (Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego) apud Montali, 1995. Os dados de 1981 referem-se ao período março/abril e os dados de 1983 ao período março/junho.

O aumento do desemprego, a queda no emprego formal, o aumento das ocupações informais indicam deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90. Tais fatos têm contribuído, nos últimos anos da década, para a queda dos rendimentos do trabalho para o total dos ocupados e para os ocupados nos setores predominantes na absorção da força de trabalho da metrópole paulista (serviços, indústria e comércio). Ainda que tenha havido recuperação econômica e dos rendimentos nos primeiros anos de vigência do plano de estabilização (Plano Real, que se inicia em 1994), a continuidade dos processos acima mencionados, somados à redução das atividades econômicas provocou em 1997 e 1998 redução na taxa de ocupação, queda na renda trabalho e queda na renda familiar média e per capita (Dini, Jannuzzi, Ferreira, Arizono, 1999).

São graves as conseqüências das mencionadas alterações nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e da queda da renda trabalho sobre as condições de vida das famílias, pois, como se sabe, a renda advinda do trabalho dos componentes das famílias é responsável por cerca de 80% do rendimento familiar (Brandão e Jannuzzi, 1995).

A redução do poder aquisitivo da população na Grande São Paulo é visível através da tendência de queda no rendimento real dos ocupados, apesar das oscilações, como demonstrado pelas séries da PED entre 1989 e 1999. Tomando-se o ano de 1989 como referência para as séries de emprego e renda por ser considerado o momento anterior à acentuação da reestruturação produtiva nesta região, verifica-se que o rendimento real dos ocupados da Região Metropolitana tem queda de 10,12% entre 1989 e 1997 e, de, 17,9% entre 1989 e 1999. A série de dados mostra que nem mesmo no período da recuperação dos anos 90 foram atingidos os níveis vigentes em 1989 (SEADE, 2000. Home Page).

No período compreendido entre 1989 e 1998 o rendimento familiar per capita apresenta três movimentos: cai acentuadamente entre 1989 e 1992 correspondendo à recessão do início da década; eleva-se entre 1993 e 1995 como efeito da recuperação do crescimento de economia e também, após 1994, como resultado do plano de estabilização. Estabiliza-se nos anos de 1996 e 1997 e começa novamente a cair a partir de 1998, com continuidade no ano de 1999. Desse movimento resulta perda de poder aquisitivo para as famílias metropolitanas, pois, entre 1989 e 1999 o rendimento familiar per capita médio cai em 12,9% (Tabela 1).

Tabela 1
Rendimento médio real familiar e per capita e tamanho médio da família
Região Metropolitana de São Paulo
1989-1998 em porcentagem

Atributos da Família	Anos										
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Rendimento Familiar médio	1898	1624	1396	1199	1374	1433	1666	1650	1637	1457	1456
Rendimento Per Capita	596	515	453	401	465	491	560	565	565	515	519
Tamanho médio da família	3,8	3,8	3,7	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,5	3,5	3,4

Fonte: Fundação Seade, PED-. Home Page, 2000.
Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP, 2000.

Na década de 90 a contribuição à renda familiar oriunda do trabalho das mulheres-cônjuges tem possibilitado menor deterioração dos rendimentos familiares (Troncoso, 1998). Mesmo que o desemprego seja elevado e crescente para todos os componentes da família (Gráfico 1), entre 1992 e 1997 a mulher–cônjuge foi o único componente da família entre os ocupados a apresentar tendência ascendente no valor real do rendimento do trabalho.

Nos anos de 1998 e 1999, entretanto, todos os componentes ocupados da família tiveram reduções no rendimento real. Na comparação do ano de 1999 em relação à 1989, enquanto a queda no rendimento do total dos ocupados foi de -17,9%, a queda no rendimento das cônjuges ocupadas foi menos acentuada, da ordem de -4,2%, bem como menor que observada para os demais componentes ocupados da família. A redução, no mesmo período, da renda dos chefes de família ocupados foi de -22,7% e a redução da renda dos filhos, da ordem de -22,1% (SEADE, 2000. Home Page).

Outro aspecto a ser apontado no período entre 1989 e 1998, é que, apesar do plano de estabilização a partir de 1994, não houve no período redução na desigualdade da distribuição das rendas do trabalho na Região. De acordo com a PED/SEADE, do total da massa de rendimentos do trabalho gerada em 1999, os 10% dos ocupados mais pobres apropriaram-se de apenas 0,6%, os 50% mais pobres apropriaram-se de 15% dos rendimentos do trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, enquanto os 10% mais ricos apropriaram-se de 43,4%. Essa situação é muito semelhante à observada em 1989 com relação aos 10% mais pobres - que se apropriaram de 0,4% - e aos 50% mais pobres, que se apropriaram de 14,6% dos rendimentos do trabalho; no entanto, em 1989

a parcela apropriada pelos 10% mais ricos era um pouco menor, da ordem de 41,4%, significando que houve ampliação na participação destes no total dos rendimentos do trabalho entre 1989 e 1999 (SEADE, 2000. Home Page) e, de fato, aumento da desigualdade na distribuição de rendas na região metropolitana.

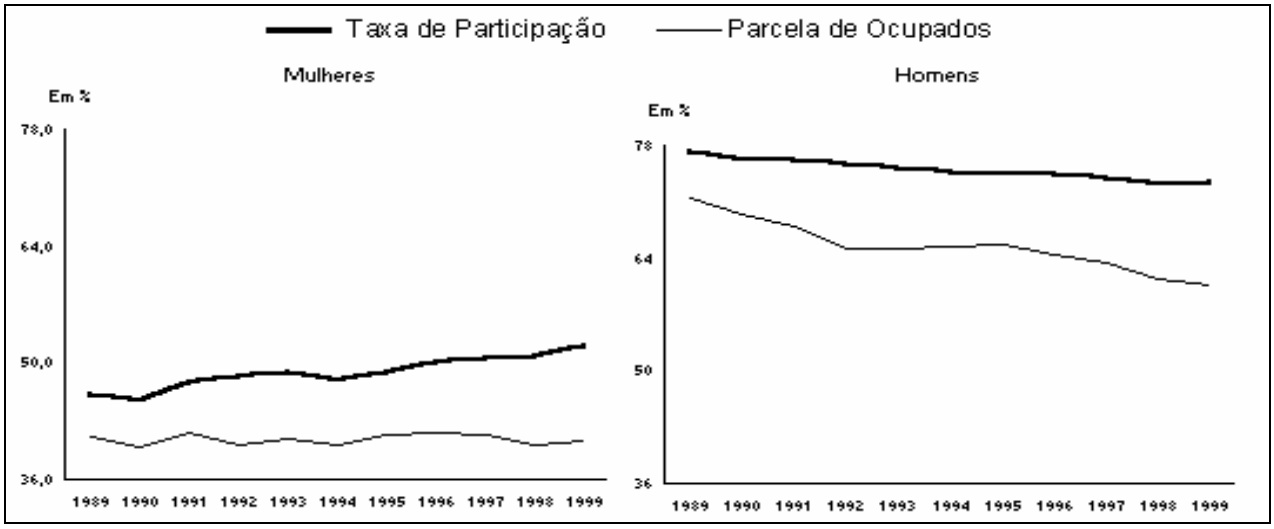
2. MUDANÇAS NO EMPREGO POR GÊNERO

As análises sobre o mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90 trouxeram indicações de que o processo de reestruturação produtiva vem restringindo com mais ênfase os postos de trabalho masculinos. Evidências deste fato são, na primeira metade dos anos 90, as acentuadas quedas nas taxas de ocupação masculina ao mesmo tempo em que se mantinham as taxas de ocupação femininas oscilando num mesmo patamar (Brandão e Montagner, 1996). Na Segunda metade da década há continuidade da tendência de queda mais acentuada nas taxas de ocupação masculina, apesar da redução para ambos os sexos das possibilidades de absorção pelo mercado de trabalho a partir de 1997 (Gráfico 2).

O crescimento da taxa de participação regional na década, que passou de 60,2% em 1990 para 61,6% em 1998 e 62,2% em 1999, é atribuído à taxa de participação feminina que cresce, progressivamente, ao passo que a taxa de participação masculina, mais elevada, apresenta tendência de queda (Gráfico 2).

Esta tendência de crescimento da taxa de participação feminina ao mesmo tempo em que cai a taxa de participação masculina vem sendo encontrada em países da América Latina e da Europa, mais especialmente nos anos 90 (Posthuma e Lombardi, 1997; Hirata, 1997; Abramo, 1997; González de la Rocha, 1997).

Gráfico 2
Evolução da Taxa de Participação (parcela de ocupados) da população em idade ativa, segundo o sexo
Região Metropolitana de São Paulo
1989-1999



Fonte: SEADE, Mulher e Trabalho: Mercado de trabalho em 1999. Região Metropolitana de São Paulo. Home Page SEADE, 2000
Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP, 2000

Na análise das tendências de redução do emprego masculino e de manutenção de postos femininos na Região Metropolitana de São Paulo são os conceitos da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero que, ao possibilitar explicar os modos diferenciados de inserção de homens e mulheres no sistema produtivo, bem como as formas de gestão da força de trabalho também diferenciadas por sexo, que auxiliam no entendimento dos efeitos diferenciados da reorganização das atividades econômicas sobre o emprego masculino e feminino.

Ainda que na segunda metade dos anos 90 acentuem-se mudanças na inserção das mulheres no mercado de trabalho, tais como a entrada em novos postos de trabalho antes tipicamente masculinos (Troncoso, 1998 a; Hirata, 1998; Roy, 1999) e aumente sua participação entre os profissionais de nível superior em profissões de maior prestígio antes reservadas aos do sexo masculino (Bruschini e Lombardi, 1999), grande parte das mulheres concentra-se em ocupações tradicionalmente femininas. Assim, ainda persiste no decorrer dos anos 90 a "sexualização" das ocupações, ou seja, existem funções e setores de atividade que concentram diferencialmente homens e mulheres (Bruschini, 1994) e que expressam a divisão sexual do trabalho que opera tanto na família como no mercado de trabalho através de conteúdos históricos e culturais.

O setor da atividade econômica que mais sofreu redução de empregos nesta região nos anos 90, como já referido é o setor industrial e, especialmente, o ramo metal-mecânico, que empregava predominantemente homens; no início da década, a participação feminina era cerca de um quarto dos ocupados no setor industrial.

Nos processos de reestruturação produtiva e organizacional na industria as mulheres foram menos afetadas porque ocupavam poucos cargos de chefia, portanto menos afetadas pela redução das hierarquias das empresas; foram também menos afetadas na inovação de processos, com a introdução de novos equipamentos, porque eram raras as que operavam máquinas. Em ambos os casos os homens foram afetados por eliminação de postos ou por substituição (Matesco, 1995; Lavinas e Matesco, 1996).

Dessa maneira a divisão sexual do trabalho vigente na indústria, objeto de muitos estudos (Lobo, 1991) denunciando a desigualdade entre homens e mulheres, possibilitou nesta etapa da reorganização das atividades econômicas, a redução menos drástica da atividade feminina no mercado de trabalho.

Entretanto, a mesma divisão sexual do trabalho favorece que sejam mais frágeis as formas de vinculação das mulheres ao mercado de trabalho. Além de sua menor proporção entre os assalariados (Troncoso, 1998; Montali, 1998; Bruschini e Lombardi, 1999) é crescente na década sua vinculação ao mercado de trabalho através do trabalho autônomo, assalariamento sem registro em carteira de trabalho e em serviços domésticos.

O processo de fragilização das formas de vinculação ao mercado de trabalho vem afetando também a inserção masculina, com o crescimento das inserções não regulamentadas.

O setor de serviços concentra grande parte da força de trabalho feminina nesta Região. Esse setor é o que absorve a maior parte das mulheres ocupadas também outros países, quer sejam desenvolvidos ou não. Tem continuado a oferecer oportunidades de trabalho no decorrer dos anos 90, apesar de alguns de seus ramos também passarem por reestruturação, tais como os serviços financeiros e o comércio. Dessa maneira, as mulheres estão concentradas em um setor com relativa expansão de oportunidades de trabalho. Porém, mesmo considerando-se a diversidade do setor, sabe-se que no setor terciário são maiores as possibilidades de vinculações precárias ao mercado de trabalho e esse fato reduz as chances de inserção da mulher em empregos de qualidade.

As tendências de absorção pelo mercado de trabalho aqui sintetizadas expressam as profundas modificações nas formas de inserção no mercado na Região Metropolitana de São Paulo e refletem-se nos arranjos familiares para garantir a sobrevivência. A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho é um fato importante na alteração dos arranjos familiares de inserção articulados pelas famílias nos anos 90 (Montali, 1998).

Dois aspectos devem ser considerados na análise do crescimento da participação da mulher em atividades remuneradas: por um lado a seletividade do mercado, que ao definir um novo padrão de absorção da força de trabalho tem possibilitado a manutenção e o crescimento da participação da mulher; por outro, alterações nos valores em relação ao papel da mulher na sociedade e alterações na estruturação dos núcleos domésticos têm aumentado a disponibilidade desta, em todas as idades e posições na família para o trabalho remunerado (Idem).

As análises a partir do mercado de trabalho indicam as tendências do emprego, enquanto as análises a partir da unidade familiar permitem conhecer as respostas das famílias e dos sujeitos com suas atribuições familiares às diferentes conjunturas que condicionam as possibilidades de emprego.

Nossas análises sobre os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho têm por suposto que a diferenciação interna à família com base nas relações de gênero "limita o comportamento indiferenciado dos membros da família como uma pura 'força de trabalho', mobilizável em caso de necessidade econômica" (Hirata e Humphrey, 1994).

Ao levar em conta este balizamento e a divisão sexual do trabalho, que atua conjuntamente nas atividades produtivas e no interior da família, definindo os lugares de homens e mulheres nessas duas instâncias (Barrère-Maurisson, 1992), a análise dos resultados desta pesquisa evidencia a diferenciação da mobilização dos componentes das famílias especialmente quando se consideram o gênero e os papéis familiares, bem como as especificidades da mobilização destes nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar.

A divisão sexual do trabalho definida a partir das atribuições dos gêneros, que, sob a concepção tradicional da família, destinam o homem ao trabalho e a mulher à família, é evidenciada, por um lado, pelas mais elevadas taxas de participação dos membros masculinos adultos, sejam eles chefes, filhos ou outros parentes adultos, registradas em todos os tipos de família. Por outro lado, as limitações que as representações das

atribuições femininas impõem à inserção das mulheres-cônjuges e mães em atividades remuneradas são evidenciadas pelas taxas de ocupação mais baixas por elas apresentadas tanto em relação às de outras mulheres em distintas posições familiares, tais como filhas adultas e mulheres-chefes de família, como em relação às taxas de ocupação de maridos e de filhos adultos. Não obstante isto, registra-se nesse período e de maneira mais intensa em alguns tipos de família, o acentuado crescimento de sua participação em atividades no mercado [10]. Entre 1990 e os anos do final da década a taxa de participação das cônjuges passa de 39,2%, no ano inicial, para 51,6% em 1999 (SEADE, 2000. Home Page.)

Os resultados do estudo sugerem que ocorreu um rearranjo entre os diferentes componentes da família frente ao recrudescimento do desemprego e as novas características dos desempregados. Como será visto, a mobilização dos componentes da família para o mercado de trabalho neste período de elevado desemprego - que se acentua a partir de 1992 até o momento presente - é bastante diferenciada daquela que foi analisada por ocasião do momento recessivo de 1981-1983 (Montali,1995). Mais que as características da composição familiar, apesar da acentuação de algumas tendências na sua estruturação, da pequena redução no seu tamanho e da mais significativa redução na proporção de filhos menores de 10 anos, alterou-se o padrão de absorção da força de trabalho vigente na década de 90 em relação aos anos iniciais de 80. E, nessa nova realidade do mercado de trabalho alteram-se os arranjos de inserção dos componentes da família.

3. MUDANÇAS NA RELAÇÃO FAMÍLIA-TRABALHO NOS ANOS 90

Uma nova tendência delineia-se então na articulação dos arranjos familiares de inserção no mercado como decorrência da redução dos postos de trabalho, principalmente para ocupações predominantemente masculinas, que resultou em crescente desemprego daqueles que eram os principais mantenedores das famílias (chefes masculinos e filhos, bem como filhas maiores que 18 anos), à qual somaram-se, a partir de 1992, as

10 As taxas de participação das cônjuges mudam de patamar entre 1990 e 1994, quando passam de 36% para 46%; novo crescimento ocorre entre 1994 e 1997, quando chega a 49,8; em 1998 metade das cônjuges (50,2%) está disponível para o mercado e 52% em 1999. Sua taxa de ocupação também é crescente em todo o período (33% em 1990, 40,5% em 1994; 49,8 em 1997); cai em 1998 para 40,5% e fica em 41,8% em 1999 (Montali, 1998a e 2000b).

dificuldades de absorção dos jovens pelo mercado de trabalho nesta Região Metropolitana.

Como mencionado nos itens anteriores, os arranjos de inserção no mercado de trabalho articulados pelos componentes das famílias nos anos em que já se faziam sentir os efeitos da reestruturação organizacional e produtiva evidenciam mudanças que configuram rearranjos. Essa conclusão está fundamentada na alteração verificada nos componentes ocupados na família, sem que se alterasse o número médio de ocupados segundo tipo de família, entre os anos 1990 e 1994 e, pelo contrário, diminuindo entre esse período e os anos do final da década.

Diferenciando-se dos arranjos anteriormente encontrados, os novos arranjos refletem maior partilhamento da responsabilidade da manutenção da família entre seus componentes com o deslocamento de parte dessa responsabilidade dos principais mantenedores, identificados para cada tipo de família nas pesquisas sobre 19981-1983 e 1990 (Montali, 1995) para outros componentes da família.

Os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho observados nas análises sobre os anos 90 evidenciam: semelhanças entre arranjos anteriormente encontrados no início dos anos 80 e os referentes ao ano de 1990 e diferenciação entre estes e os arranjos encontrados em 1994 e nos anos do final da década analisados (1997, 1998 e 1999).

Temos por suposto, com base em nossas análises acerca dos arranjos familiares, que além da redução da taxa de ocupação no período e da deterioração do emprego na Região Metropolitana de São Paulo, com certeza o empobrecimento para os diferentes tipos de família está relacionado aos rearranjos de inserção familiar que estão ocorrendo e às diferentes vantagens e restrições de inserção no mercado que cada componente encontra – condicionadas que são pelo gênero, idade e posição na família (Montali, 2000a)- considerando-se que não existe "permutabilidade" entre estes para a inserção no mercado de trabalho (Hirata e Humphrey, 1994).

Como um exemplo desse fato, a mais elevada presença da mulher-cônjuge entre os ocupados da família em todos os tipo de família, especialmente a partir de 1994, não resulta em aumento equivalente de sua participação na composição da renda familiar, como pode-se ver através dos Gráficos 3 e 4. Isso decorre da qualidade do trabalho dessa componente da família. A análise das formas predominantes de inserção das mulheres-cônjuges mostra que mais que a metade destas encontra-se vinculada de

formas precárias ao mercado de trabalho. Apenas cerca de 41% delas encontra-se em situação de assalariamento regulamentado, a mais baixa proporção quando comparada aos demais componentes ocupados da família (Montali, 2000b).

A metodologia desenvolvida por este estudo, através da análise dos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho considerando-se o tipo de família, possibilita verificar, no grupo familiar, alguns dos efeitos das alterações das possibilidades de emprego oferecidas pelo mercado de trabalho como decorrência do baixo ritmo de expansão da economia e da mudança do padrão de incorporação da força de trabalho introduzido a partir da reestruturação produtiva e organizacional nos diversos setores de atividade.

A analise das taxas familiares de participação, ocupação, desemprego e inatividade para o período entre 1990 e 1994 evidencia que, apesar do aumento da disponibilidade de seus componentes para o mercado de trabalho, indicada pela crescente taxa de participação em todos os tipos de família, não ocorreu expansão da absorção desses contingentes pelo mercado de trabalho (expressa pelas taxas de ocupação estáveis), resultando em mais elevadas taxas de desemprego em 1994 (Tabela 2). Como agravante dessa situação, no anos de 1997 e 1998 assiste-se ao aumento da taxa de participação e à queda da taxa de ocupação para o total da PIA e para cada um dos tipos de família pesquisados, resultando em taxas de desemprego crescentes, em patamares antes não conhecidos nesta região metropolitana (Tabela 3).

Tabela 2
Taxas específicas de participação, ocupação, desemprego e inatividade segundo tipos de família
Região Metropolitana de São Paulo
1990-1994 em porcentagem

Tipos de Família	Taxas			
	Participação (1)	Ocupação (2)	Desemprego (3)	Inatividade (4)
1990				
Casal sem filhos	51,9	47,3	8,8	47,5
Casal até 34 anos com filhos e	59,6	54,1	9,2	40,0
Casal 35-49 anos com filhos e	55,4	49,9	10,0	43,7
Casal 50 anos e mais com filhos e	58,0	52,0	10,3	41,8
Chefe feminino sem cônjuge	61,8	53,6	13,3	37,4
Total (5)	58,0	52,0	10,3	41,3
1994				
Casal sem filhos	56,4	51,0	9,5	43,4
Casal até 34 anos com filhos e	63,4	55,7	12,0	36,6
Casal 35-49 anos com filhos e	58,9	49,9	15,3	40,9
Casal 50 anos e mais com filhos e	59,5	52,1	12,4	40,4
Chefe feminino sem cônjuge	60,3	48,2	19,9	39,6
Total (5)	60,7	51,7	14,8	39,2

Fonte: SEADE, PCV90 E PCV94. Elaboração: Montali,L., NEPP/UNICAMP 1998.
(1) PEA/PIA
(2) Ocupados/PIA
(3) Desempregados/PEA
(4) Inativos/PIA
(5) Inclui outras configurações familiares
Nota: A PIA inclui os não informados da condição de ocupação

Tabela 3
Taxas específicas de participação, ocupação, desemprego e inatividade segundo tipos de família
Região Metropolitana de São Paulo
1997-1998-1999 em porcentagem

Tipos de Família	Taxas			
	Participação (1)	Ocupação (2)	Desemprego (3)	Inatividade (4)
1997				
Casal sem filhos	62,72	56,04	10,65	36,79
Casal até 34 anos com filhos e	65,12	54,65	16,08	34,71
Casal 35-49 anos com filhos e	59,79	49,81	16,86	40,01
Casal 50 anos e mais com filhos	59,04	50,33	14,77	40,76
Chefe feminino sem cônjuge	59,32	48,12	18,89	40,51
Total (5)	61,68	51,83	15,96	38,09
1998				
Casal sem filhos	61,79	52,75	14,62	37,81
Casal até 34 anos com filhos e	65,64	53,60	18,36	34,20
Casal 35-49 anos com filhos e	58,87	46,97	19,95	41,15
Casal 50 anos e mais com filhos	56,49	46,67	17,41	43,35
Chefe feminino sem cônjuge	59,32	45,95	22,54	40,50
Total (5)	61,15	49,41	19,21	38,65
1999				
Casal sem filhos	62,58	54,16	13,45	37,12
Casal até 34 anos com filhos e	66,19	53,19	19,63	33,70
Casal 35-49 anos com filhos e	60,59	47,79	21,13	39,33
Casal 50 anos e mais com filhos	59,68	47,75	19,98	40,32
Chefe feminino sem cônjuge	60,23	46,04	23,55	39,61
Total (5)	62,47	49,76	20,33	37,41

Fonte: SEADE, PED (trimestre maio/junho/julho/97-98-99). Elaboração: Montali,L., NEPP/UNICAMP 2000.
(1) PEA/PIA
(2) Ocupados/PIA
(3) Desempregados/PEA
(4) Inativos/PIA
(5) Inclui outras configurações familiares

Os rearranjos de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho diferenciam-se por tipos de família, mas o mais freqüente em praticamente todos os tipos é o caso do aumento da participação da mulher-cônjuge e da mulher-chefe entre os ocupados da família e, no caso da família com a presença de filhos na etapa final do ciclo de vida familiar, o aumento da participação do chefe e da cônjuge entre os ocupados, que se dá ao mesmo tempo em que cresce o desemprego dos filhos adultos.

Os atuais arranjos e rearranjos de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho são definidos articuladamente pela dinâmica da economia e pela dinâmica das relações familiares e das relações de gênero. Definem-se também arranjos com

especificidades nos diferentes tipos de família, afetados pela composição predominante da etapa do ciclo de vida familiar.

Assim, no arranjo de inserção predominante na família do tipo ‘casal sem filhos’ o chefe é o principal responsável pela manutenção da família. Ele representa mais que a metade dos componentes ocupados da família e contribui com a maior parcela da renda familiar. Houve, entretanto, uma mudança entre 1990 e 1994, que persiste nos anos do final da década. Ocorre redução da proporção de chefes entre os ocupados da família de 63,8% em 1990 para 56,4% em 1994 (Montali, 1998); essa proporção se mantém, apesar da oscilação em torno de 57% nos anos do final da década (Gráfico 3). A mulher-cônjuge apresenta entre 1990 e 1994 significativo crescimento entre os ocupados, quando passou de 32,7% para 36,5% destes. Nos últimos anos da década, 1997,1998, 1999, é mantido esse patamar.

Embora tenha ocorrido aumento da taxa de desemprego familiar, houve nos anos analisados da década progressiva mobilização dos componentes deste tipo da família na busca por inserção no mercado de trabalho, como evidencia o conjunto de taxas das Tabelas 2 e 3. Ocorreu aumento nas taxas familiares de participação, de ocupação, de desemprego e progressiva redução da inatividade. Entre 1990 e 1994 houve o aumento do desemprego do chefe e redução em suas taxas de participação e de ocupação. Em movimento contrário apresentaram crescimento as taxas de participação e de ocupação das cônjuges e parentes. Oscilação nesse arranjo, que envolve basicamente o casal, foi verificada quando a cai a taxa de ocupação da cônjuge de 45% em 1996 para 42% em 1998, retornando ao patamar de 45% em 1999, refletindo-se em pequena oscilação da presença desse componente entre os ocupados da família, bem como em sua contribuição para a composição da renda familiar (Gráficos 3 e 4).

A participação do chefe masculino como mencionado, compõe a maior parte da renda familiar nesse tipo de família, cerca de 72%, a partir de 1994. Houve entre 1990 e 1994, redução no peso de sua contribuição, de 77,5% para 73% e crescimento da parcela da participação da cônjuge de 19,8% para 22% e dos parentes, de 2,7% para 5%. A contribuição da cônjuge para a renda familiar muda de patamar no decorrer dos anos 90: dos 19,8% e 21,8%, respectivamente, para os anos de 1990 e 1994, continua apresentando crescimento em direção aos anos do final da década, quando contribui com parcela acima

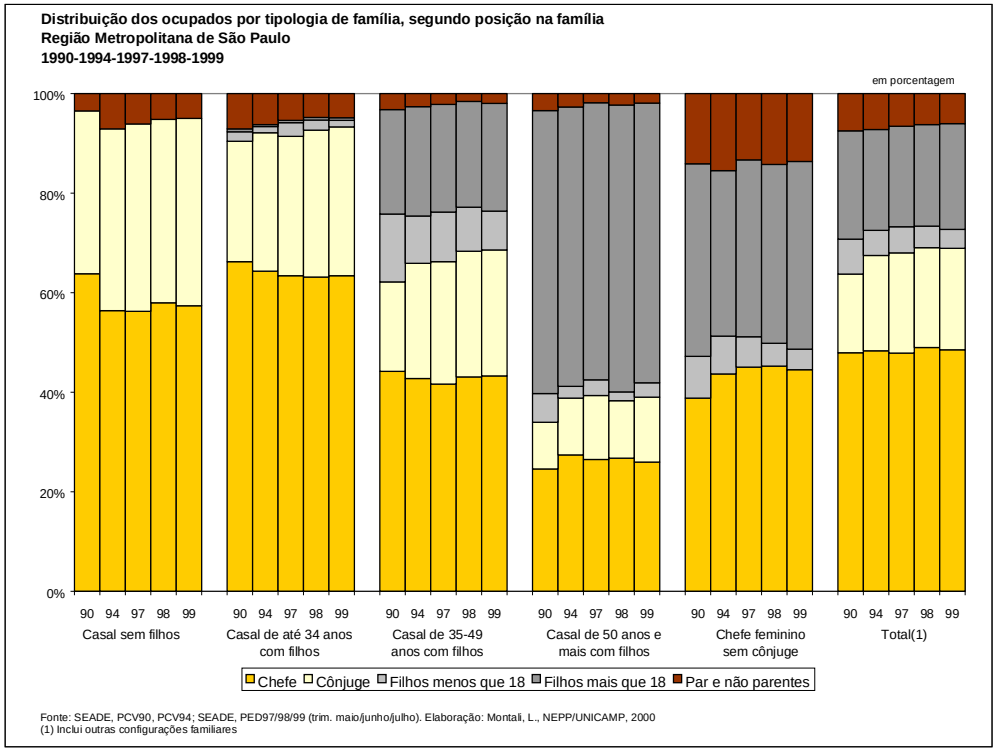
de 28%. Ainda que tenha ocorrido pequena oscilação em 1997, sua participação na renda familiar em 1999 é de 28,8% (Gráfico 4).

Dessa maneira, o arranjo desse tipo de família na década é centrado no casal, com maior participação do homem. A comparação com o arranjo que predominava em 1981 nesse tipo de família, mostra que ocorreu uma mudança na definição dos responsáveis pela manutenção das famílias. A redução relativa do peso do homem entre os ocupados da família (60,4% em 1981 e 56,4% em 1994 e cerca de 57% nos anos do final da década) e crescimento da participação da mulher-cônjuge entre estes (32,8% em 1981 e 36,4% em 1994 e cerca de 37% no final da década), sugerem uma tendência de maior partilhamento na responsabilidade pela manutenção da família.

Nas famílias de 'casais de até 34 anos com filhos' é encontrada situação semelhante de mobilização dos componentes da família nesse período, onde observa-se elevação da taxa de ocupação, além da taxa de participação entre 1990 e 1994, estabilizando-se nos dois últimos anos da década (Tabela 3). Como no tipo anterior, houve pequeno acréscimo no número médio de ocupados da família e no número de pessoas com algum tipo de rendimento entre 1990 e 1994 (Montali,1998), bem como, também pequena redução em ambos indicadores nos dois últimos anos do final da década (Montali 2000b).

Ocorreu nesse tipo de família aumento do desemprego do chefe e redução na sua taxa de ocupação, sem que se tenha reduzido sua participação na força de trabalho. Frente à constante redução da taxa de ocupação do chefe, acentuada nos últimos anos da década e o concomitante aumento da inserção da cônjuge em atividade de geração de renda, tem sido também crescente a participação desta na renda familiar. Ainda que a mulher-cônjuge seja quase 30% dos ocupados da família em 1998 e 1999, sua contribuição para a renda familiar é cerca de 21% nesses anos. Cresce, pois passa de 14,6% em 1990 para 18,9% em 1994 e 19,5% em 1997 para os 21% mencionados. A contribuição dos parentes se mantém em todos os momentos abaixo de 3%. Nessa nova composição, a participação da renda do chefe se reduz de 81,9% para 78% da renda familiar entre 1990 e 1994 e cai progressivamente, para ficar ao redor de 76% nos três últimos anos (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3



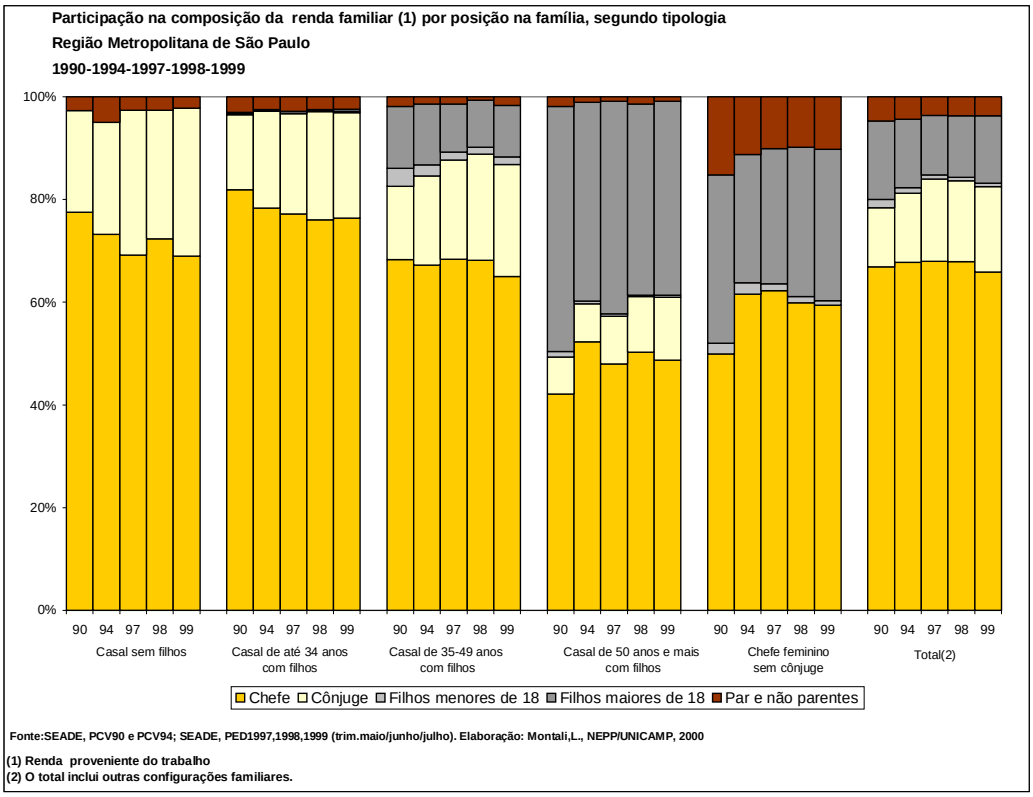
Esse arranjo familiar, aqui denominado como tipo de família, 'casal até 34 anos com filhos', está relacionado ao momento de "constituição" do ciclo vital da família, etapa do nascimento da maior parte dos filhos. O arranjo de inserção no mercado observado decorre em grande parte da composição familiar típica dessa etapa do ciclo de vida da família, pois praticamente só o casal está em idade para participar do mercado de trabalho, assim como à mulher cabe a atribuição social dominante do cuidado dos filhos.

Neste tipo de família ocorreu progressivamente tanto a redução na proporção do homem do casal entre os ocupados da família como o crescimento da participação da mulher cônjuge (Gráfico 3). Apesar desse movimento que atenua o encargo masculino da manutenção da casa, este permanece ainda bastante concentrado no componente masculino do casal, sendo o mais elevado entre os tipos de família. A tendência é, entretanto, ao se comparar os padrões vigentes entre 1981 e 1994 e no ano de 1999, também de uma mudança na direção de um maior partilhamento na manutenção da família. O arranjo predominante

apresentado por este tipo de família em 1981 mostra o homem do casal como praticamente o único responsável pela manutenção da família, quando representava 73% dos ocupados

da família e a mulher 18,7%, configurando, ao menos nesse aspecto, o modelo de família do chefe provedor. Desde 1990 define-se uma tendência de maior peso da mulher entre os ocupados da família, quando passa a ser 24,2% deles e o homem, 66, 3%. Em 1994 o homem responde por 64,3% dos ocupados da família e a mulher-cônjuge por 27,8% e, em 1999, respectivamente 63% e 30% (Gráfico 3).

Gráfico 4



Fonte:SEADE, PCV90 e PCV94; SEADE, PED1997,1998,1999 (trim.maio/junho/julho). Elaboração: Montali,L., NEPP/UNICAMP, 2000

(1) Renda proveniente do trabalho
(2) O total inclui outras configurações familiares.

O tipo de família "casal de 35-49 anos com filhos" corresponde ao momento de "maturação", quando convivem no domicílio filhos de diferentes idades. Neste caso, o arranjo familiar de inserção é caracterizado pelo esforço coletivo dos componentes da família. O rearranjo de inserção no mercado de trabalho das famílias de casais entre 35 e 49 anos com filhos se dá com o aumento do desemprego e redução nas taxas de ocupação do chefe e dos filhos e o aumento na taxa de ocupação da cônjuge. Dessa maneira, a partir de 1994 cai a participação dos dois primeiros entre os ocupados e aumenta a participação da cônjuge. Movimento semelhante se observa na contribuição de cada um desses componentes para a renda familiar (Montali, 1998[a] e 2000b).

Nos anos do final da década é mantido esse padrão de arranjo familiar de inserção, diferenciando-se por apresentar crescente presença da mulher-cônjuge entre os ocupados e redução da proporção de filhos entre estes. Aumenta nas famílias desse tipo a participação da cônjuge na composição da renda familiar de 14,3% para 17,4% entre 1990/1994 e cresce progressivamente, ainda que de maneira tênue entre esse último ano e os do final da década quando passa a representar, respectivamente, 19,3% e 20,6% (Gráfico 4). A contribuição dos filhos maiores e maiores de 18 anos cai de 15,5% em 1990, para cerca de 11% no final da década. A participação do chefe na renda familiar era de 68% desde 1990 e cai para 65% em 1999. (Gráfico 4).

O arranjo de inserção dos componentes do tipo de família "casal de 50 anos e mais com filhos" é caracterizado pela maior presença dos filhos entre os ocupados da família, que representam mais que a metade dos ocupados do grupo doméstico. Entre 1990 e 1994 sofrem queda nessa participação, passando de 62,7% dos ocupados da família para 58,5% em decorrência da queda das taxas de participação para ambos os sexos e da acentuação das taxas de desemprego. Para enfrentar a situação de desemprego e a precarização do trabalho dos filhos adultos residentes, ocorre movimento de retorno da inatividade para o mercado de trabalho para parcelas tanto do homem do casal central, como da mulher-cônjuge. Esse movimento fica evidenciado pelo crescimento das taxas de participação do chefe com mais de 50 anos e das mulheres-cônjuge, bem como pelo crescimento das taxas de ocupação de ambos os componentes, indicando que tiveram relativo sucesso na obtenção de ocupação, resta saber sobre a qualidade desta (Montali, 1998a).

Assim, entre 1990 e 1994 alteram-se os pesos entre os componentes da família nesse arranjo familiar de inserção no mercado, diluindo tendencialmente o peso dos filhos como

os principais mantenedores da família. Nos anos de 1997, 1998 e 1999, com pequenas oscilações é mantido o arranjo de inserção familiar definido em 1994 (Gráfico 3). Em 1981 os filhos representavam 63,9% dos ocupados, 62,7% em 1990, 58,5% em 1994 e cerca de 59% no final da década. Em movimento inverso cresce a participação do chefe e da cônjuge idosos. Os chefes representavam 23,1% dos ocupados em 1981, 24,6% em 1990 e 27,4% em 1994. Nos dois últimos anos da década sua presença entre os ocupados fica cerca de 27%. Acentua-se a participação da cônjuge idosa entre os ocupados da família: eram 7,6% em 1981, 9,4% em 1990 e 11,4% em 1994. Nos anos do final da década são 12,9% em 1997 e 11,6% em 1998 e 13% em 1999.

Como conseqüência desse rearranjo de inserção no mercado de trabalho os casais mais velhos (50 anos e mais) aumentam sua participação na renda familiar e entre os ocupados entre 1990 e 1994. A contribuição do chefe que era de 42% em 1990 passa para 52% em 1994, com participação um pouco menor, cerca de 50%, nos anos do final da década (Gráfico 3). A contribuição da cônjuge pouco se altera nos dois primeiros anos da década, ficando pouco acima 7%, aumenta progressivamente a partir de 1997 e passa a ser de 12,3% em 1999.

Dessa maneira, no decorrer da década e respondendo à mudança do padrão de incorporação da força de trabalho após a intensificação da reestruturação produtiva, cresce a importância do casal mais velho na composição da renda familiar, em grande parte decorrente do aumento da ocupação destes. Em 1990, o casal de 50 anos e mais contribuía com 49% da renda familiar e os filhos 49%; em 1994 o casal é responsável por 59,7% da renda da família e os filhos 39,2%. Nos dois anos do final da década, 1998 e 1999, aumenta novamente a contribuição do casal mais velho para a renda familiar, quando passam a ser responsáveis por 61% desta e os filhos por 38% (Gráfico 4).

Assim, no decorrer da década, a mudança que ocorre no arranjo de inserção familiar desse tipo de família é de redução da participação dos filhos na renda familiar, considerando que eram os principais mantenedores da família nos anos 80 bem como em 1990.

O arranjo de inserção no mercado de trabalho da família do tipo ‘chefe feminino sem cônjuge’ apresenta também como característica o esforço coletivo. Esse tipo de família, em decorrência de sua composição familiar, tem sofrido de maneira mais aguda os reflexos do novo padrão de absorção da força de trabalho que opera no mercado. Na família da chefe feminina sem cônjuge cai a taxa de participação familiar, cresce o

desemprego e cai a taxa de ocupação entre 1990 e 1994, mantendo o mesmo padrão em 1997 (Tabelas 2 e 3). Agrava-se a situação de inserção deste tipo de família nos anos de1998 e 1999, quando passa a apresentar mais elevadas taxas de desemprego da PEA familiar, da ordem de 22% e 23%, respectivamente.

Nesse contexto, frente ao elevado desemprego dos filhos e queda na taxa de ocupação dos mesmos, aumenta o peso da chefe feminina entre os ocupados, que passa de 38,8% destes para 43,7% entre 1990 e 1994 e para cerca de 45% em 1997, 1998 e 1999. A participação dos filhos entre os ocupados cai de 47,1% para 40,8% entre 1990 e 1994 e é mantida ao redor de dos 41% nos anos do final da década (Gráfico 3).

Nesse tipo de família também ocorre alteração no padrão que apresentou em 1981, 1983 e 1990. Observa-se a partir de 1994, como conseqüência do crescimento do desemprego especialmente para os jovens, que passa para a mulher-chefe a maior responsabilidade no encargo de manutenção da família. Cresce a importância da renda obtida pela chefe feminina para a composição do rendimento familiar, passando a ser responsável por 61,5%% deste em 1994, enquanto respondia por 49% em 1990, tendo-se reduzido tanto a contribuição dos filhos como dos parentes. Nos últimos anos da década é mantido esse mesmo rearranjo na responsabilidade pela manutenção da família: em 1997, a mulher-chefe responde por 62% da renda familiar e, em 1998 e 1999, frente à pequena recuperação na participação dos filhos, é responsável por cerca de 60% (Gráfico 4).

Este conjunto de informações evidenciou, através dos rearranjos de inserção no mercado efetivados nesse período de alteração do padrão de incorporação da força de trabalho, o maior partilhamento da responsabilidade pela manutenção da família entre seus diversos membros. Constatou-se também ao examinar a participação efetiva dos rendimentos de cada um desses componentes na composição da renda familiar considerando o tipo de família, que esta corrobora as indicações anteriores acerca do maior partilhamento entre os componentes do grupo familiar das responsabilidades pela sua manutenção. A exceção se dá na família da chefe feminina sem cônjuge, na qual verificou-se movimento inverso de aumento do encargo para a mulher-chefe de família.

Outra constatação a ser ressaltada é que o aumento do peso da cônjuge entre os ocupados da família analisado acima, resultou em aumentos significativos da sua contribuição na composição da renda familiar, quando comparados os anos estudados e os tipos de família (Gráfico 4).

Finalizando, foi possível demonstrar através das análises apresentadas, que os arranjos e rearranjos de inserção no mercado de trabalho diferenciam-se entre os tipos de família e os momentos do ciclo vital das famílias. Os rearranjos possíveis de inserção no mercado de trabalho para os componentes da família são definidos por sua disponibilidade para o mercado de trabalho a partir de sua posição na família, relações de gênero e atribuições familiares, bem como pelos padrões vigentes de absorção da força de trabalho pelo mercado. Dessa maneira, como não existe "permutabilidade" nas possibilidades de inserção no mercado entre os componentes da família, porque são diferenciadas as restrições e o acesso ao emprego, os rearranjos de inserção possíveis nem sempre garantem ao grupo familiar a manutenção das condições de existência nos mesmos níveis. Assim, o desemprego e a precarização da ocupação dos principais mantenedores da família afetam a renda monetária disponível para suprir a sobrevivência da família.

Estes achados de pesquisa vêm reafirmar na direção de nossa hipótese de trabalho, que a mudança na divisão sexual do trabalho na família e as mudanças nas relações hierárquicas estabelecidas na família, passam pela impossibilidade concreta de realização do modelo do chefe provedor. Tanto os períodos de crise econômica, como as mudanças no padrão de incorporação da força de trabalho sob a reestruturação produtiva e organizacional na Região Metropolitana de São Paulo analisados nas duas últimas décadas evidenciam que vem se alterando a divisão sexual do trabalho no mercado. Reforçam a impossibilidade de realização desse modelo de família e apontam para novas formas de divisão do trabalho que poderão, no futuro, impulsionar mudanças na divisão sexual do trabalho na família e nas relações internas de poder.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. (1997), Imagens de gênero e políticas de recursos humanos na modernização produtiva. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, 11(1): 110-121.

ARAUJO, M. Fátima. (1992), Uma nova centralidade da região metropolitana de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, 6(3): 55-59.

BARRÈRE-MAURISSON, Marie-Agnés. (1992), *La division familiale du travail - La vie en double.* Paris, Presses Universitaires.

BOGUS, Lucia M.M. e MONTALI, Lilia. (1994), A Reestruturação metropolitana de São Paulo. *Margem*. São Paulo, EDUC/Faculdade de Ciências Sociais da PUC - São Paulo, (3): 159-178.

BRANDÃO, Sandra M.C. e JANNUZZI, P.M. (1995), Distribuição de renda e pobreza. *São Paulo em Perspeciva***,** São Paulo, Fundação SEADE, 9(3): 101-108.

e MONTAGNER, Paula. (1996), Novas características do desemprego. *Anais X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu.

BRUSCHINI, M. Cristina. (1994), *O Trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes*. II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho, IPEA. Série Seminários, 7.

_____e LOMBARDI, Maria Rosa. (1999), *A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as novas ocupações*.(mimeo).

CANO, Wilson e SEMEGHINI, Ulisses C. (1991), Setor terciário no Brasil: algumas reflexões sobre o período 1970/1989. *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador, ANPUR.

CASTRO, N. A. & DEDECA, C. S. (Orgs.). (1998), *A Ocupação na América Latina: Tempos mais Duros.* São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST.

DEDECA, Claudio e BALTAR, P.E. (1997), Precariedade ocupacional e relações de trabalho no Brasil nos anos 90. *XXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia*. São Paulo, (mimeo).

DINI, N. P., JANNUZZI, P. M., FERREIRA, M.P. & ARIZIONO, N. (1999), Renda Familiar e Distribuição de Renda na RMSP nos Anos 90: Evolução Conjuntural e Seus Determinantes. *VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho***.** Abet.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M. (1997), The erosion of a survival model: urban household responses to persistent poverty. Workshop Gender, Poverty and Well-being: Indicators and Strategies. UNRISD, UNDP,CDS. Trivandrum, Kerala, november 1997.

_____(1999) La reciprocidad amenazada: un costo mas de la pobreza urbana. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**.** 5(9)

HIRATA, Helena e Humphrey, John. (1994), Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise*. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, USP, 4(1 e 2): 111-131.

_, Helena, Husson, Michel e Roldán, Martha. (1995), Reestructuraciones productivas y cambios en la division sexual del trabajo y del empleo (Argentina, Brasil y México). *Sociologia del Trabajo. Nueva Epoca*. Madri. Siglo XXI, 24: 75-97.

_____, Helena. (1997) Salariat, precarité, exclusion. travail et rapports sociaux de sexe/genre, une perspective internationale. Seminário Internacional Demografia da Exclusão. NEPO/UNICAMP. Campinas, (mimeo).

LAVINAS, Lena e MATESCO, Virene R. (1996), A reestruturação produtiva nas empresas brasilerias e seu reflexo sobre a força de trabalho por gênero. IPEA. *Texto para Discussão* 400.

LOBO, Elizabeth S. (1991) *A classe operária tem dois sexos.* São Paulo, Brasiliense/SMC-PMSP.

MATESCO, Virene R. (1995), A dinâmica da reestruturação produtiva. *Conjuntura Econômica.* Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, ano 49 (5): 48-51.

MONTALI, Lilia. (1995), *Família e trabalho na conjuntura recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho***.** Tese de Doutoramento. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. (1998a), *Trabalho e família na Região Metropolitana de São Paulo na primeira metade dos anos 90: instabilidade e reestruturação produtiva*. Relatório Final apresentado ao CNPq. Campinas. NEPP/UNICAMP.

_____.(1998b), Trabalho e família sob a reestruturação produtiva. XI Encontro de Estudos Populacionais. Anais....Caxambu.

_____.(2000a), Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração nas condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n. 42, fevereiro. ANPOCS.

_____.(2000b), Trabalho e família no final dos anos 90: arranjos familiares de inserção e condições de vida sob o recrudescimento de desemprego. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq. Campinas. NEPP/UNICAMP.

_____.(2000c), Trabalho e família: reestruturação produtiva e mudanças na divisão sexual do trabalho nos anos 90. Anais do 3º Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho. ALAST, Buenos Aires, maio 2000.

POCHMANN, M. (1998) *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET. Coleção ABET – Mercado de trabalho, v.6.

POSTHUMA, Anne C. e LOMBARDI, M.(1997), Rosa. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, 11(1): 124-131.

ROY, Lise. A inserção feminina no mercado de trabalho e sua qualificação. (1999), In *O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva.* Campinas, SP: Editora Alínea.

SEADE/DIEESE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego.* Home Page SEADE**.**

_____. (1995), *Boletim da Pesquisa de Emprego e Desemprego,* 121. São Paulo, SEADE.

_____. (2000) O mercado de trabalho *na Região Metropolitana de São Paulo em1999. PED.* SEADE, Home Page.

TRONCOSO, Eugênia L. (1998a), A Expansão do Emprego Feminino, na Região Metropolitana de São Paulo, nos anos 90. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEB.* Caxambu, 1998.

___. (1998b), Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90" . *Seminário Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios.* BEP. UNICAMP. Campinas, abril.

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

N E P P

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Av. Albert Einstein, 1300
Campinas - SP - Brasil
CEP. 13083-852
TEL: (019) 3788-2495 / 3788-2496 / 3289-3901 / 3289-3143
FAX: (019) 3289-4519
Caixa Postal - 6166
E-mail: nucleo@nepp.unicamp.br
Homepage:www.nepp.unicamp.br